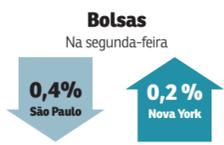




7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 25 de abril de 2023



**Dólar**  
Na segunda-feira

**R\$ 5,041**  
(- 0,35%)

Dólar	Últimos
17/abril	4,937
18/abril	4,976
19/abril	5,087
20/abril	5,058

**Salário mínimo**  
**R\$ 1.302**

**Euro**  
Comercial, venda  
na segunda-feira

**R\$ 5.567**

**CDI**  
Ao ano

**13,65%**

**CDB**  
Prefixado  
30 dias (ao ano)

**13,64%**

**Inflação**  
IPCA do IBGE (em %)

Novembro/2022	0,41
Dezembro/2022	0,62
Janeiro/2023	0,53
Fevereiro/2023	0,84
Março/2023	0,71

## GOVERNO

# Haddad mira “caixa preta” de isenções fiscais

Ministro quer recuperar R\$ 150 bilhões e promete mostrar quem são os maiores beneficiários das renúncias tributárias

» ROSANA HESSEL  
» VICTOR CORREIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a defender o combate às renúncias fiscais e aos “ralos que se abriam para drenar os recursos públicos”, a fim de arrecadar os cerca de R\$ 150 bilhões necessários para conseguir deixar em pé o novo arcabouço fiscal — o conjunto de regras encaminhado ao Congresso para evitar o aumento descontrolado da dívida pública.

O chefe da equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prometeu abrir a “caixa preta” das renúncias e incentivos fiscais, dando maior transparência sobre quem são os maiores beneficiários das isenções. Ele reforçou que “meia dúzia” fazem lobbies “ilegítimos” no Congresso e no Judiciário e provocam perdas de cerca de R\$ 600 bilhões aos cofres públicos. “Fica tudo escondido ali na caixa preta das renúncias fiscais. Isso pode acabar”, disse, ontem, a jornalistas.

O ministro tem defendido essas medidas para fazer frente à fatura crescente de juros da dívida pública, “em torno de R\$ 700 bilhões por ano”. Na semana passada, Lula mandou a equipe recuar na proposta de taxação das compras internacionais on-line de até US\$ 50 feitas por pessoas físicas. Haddad, contudo, tem sinalizado que mantém estudos para uma nova forma de tributar as gigantes internacionais do e-commerce e, para isso, cogita a criação de uma “digital tax”.

“O imposto já existe, mas será recolhido na fonte, antes do envio da mercadoria. É importante salientar que não haverá criação ou majoração de tributo, somente a viabilização do recolhimento eletrônico facilitado. A medida está em elaboração e será detalhada em breve”, informou a assessoria da Fazenda. O objetivo principal, segundo o órgão, é “garantir a concorrência justa para que o consumidor

seja beneficiado no curto, médio e longo prazos”.

Haddad ressaltou que o valor das renúncias é maior que o do orçamento secreto, mecanismo instaurado pelo Congresso na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para garantir o apoio dos parlamentares e que, de acordo com ele, movimentou cerca de R\$ 53 bilhões ao longo de três anos. O ministro cobrou apoio de economistas que defendem a redução das renúncias, mas criticam o novo arcabouço fiscal.

Analistas, contudo, apontam problemas na proposta enviada ao Legislativo — especialmente o fim de punições como o contingenciamento de despesas caso haja risco de descumprimento das metas orçamentárias. Além disso, especialistas criticam o fato de o governo buscar ajustar as contas por meio de aumento de receitas, em vez de revisar gastos. Vale lembrar que o órgão encarregado de fazer avaliações das despesas, a recém-criada Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos, do Ministério do Planejamento e Orçamento, ainda não está totalmente estruturada.

### Imposto de Renda

O chefe da Fazenda afirmou que as maiores renúncias tributárias ocorrem no âmbito do Imposto de Renda (IR). Ele adiantou que vai mudar a tributação diferenciada para fundos exclusivos, mas disse que não pretende mexer no Simples Nacional nem retomar a cobrança sobre a folha de pagamentos de empresas. Além da reforma tributária sobre o consumo, que tramita no Congresso, ele ressaltou que o governo pretende realizar, neste ano, uma reformulação do IR.

Apesar de elogiar alguns pontos do novo arcabouço fiscal, Murilo Viana, especialista em contas públicas e consultor da GO Associados, mostrou preocupação com o recuo do governo na taxação das compras pelo

Washington Costa/MF



Segundo o ministro da Fazenda, “lobbies ilegítimos” no Congresso e no Judiciário provocam perda de R\$ 600 bilhões aos cofres públicos



**Fica tudo escondido ali na caixa preta das renúncias fiscais. Isso pode acabar”**

**Fernando Haddad,**  
ministro da Fazenda

e-commerce. “A proposta era impopular, mas o governo desistiu muito rápido por conta da repercussão negativa da medida. Isso pegou muito mal no mercado e aumentou a desconfiança sobre a capacidade de a nova gestão conseguir adotar medidas para aumentar a carga tributária, que já é bastante elevada em um sistema caótico”, alertou.

Viana lembrou que o nível de gastos subiu significativamente no final do ano passado, com a aprovação da PEC da Transição, em grande medida, para suportar a expansão do valor e da cobertura do novo Bolsa Família. Portanto, observou, será difícil para o governo conseguir fechar as contas. O ideal, segundo ele, seria uma combinação mais equilibrada do ajuste, contemplando

tanto o lado da receita quanto da despesa, “ainda que com maior peso para as receitas”.

Para o advogado tributarista Ilan Gorin, diretor da Gorin Advocacia, combater a sonegação, como vem defendendo Haddad, é papel do Estado, que precisa utilizar melhor os recursos tecnológicos que possui para isso. Ele criticou o fato de o governo tentar se adequar ao novo arcabouço via aumento de receita em vez de começar logo a revisar os gastos ineficazes e o desperdício de dinheiro da União. “O governo tem evitado atacar o problema das despesas, entre elas o tamanho do Estado, que tem uma ineficiência que poderia ser solucionada com uma boa reforma administrativa, que não sai. É preciso investir mais

tempo nisso, porque o grande remédio é diminuir o gasto público”, afirmou.

Em entrevista a jornalistas, Haddad reconheceu que está difícil para o governo conseguir fechar as contas em 2024, quando o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, enviado ao Congresso no último dia 14, prevê uma meta fiscal zerada, com margem de R\$ 28,8 bilhões de déficit ou superávit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública). “Eu estou menos preocupado com este ano do que com o ano que vem, evidentemente. Porque, a partir de 2024, voltaremos a ter um regime fiscal mais rígido do que esse carnaval que foi feito no meio do ano passado”, disse.

# Lula volta a cobrar redução dos juros

» VICENTE NUNES  
Correspondente

**Lisboa** — O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou um seminário com empresários brasileiros e portugueses, em Matosinhos, norte de Portugal, para mandar recados políticos e exaltar feitos de seus dois governos anteriores. Criticou, mais uma vez, a taxa básica de juros (Selic), de 13,75% ao ano, definida pelo Banco Central (BC). “Ninguém consegue tomar emprestado dinheiro (para investimentos) com essa taxa”. Afirmou ser uma “desfaçatez” a privatização da Eletrobras, cuja primeira medida, depois de vendida, foi “aumentar os salários dos diretores de R\$ 60 mil para R\$ 300 mil por mês”. E ressaltou que, depois de seis anos, o Brasil saiu do “obscurantismo” para reconstruir políticas sociais,

cujo desmonte recolocou o Brasil no mapa da fome.

A crítica velada ao BC ocorreu três dias após o presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, afirmar que a redução dos juros segue um tempo técnico, e não político. No evento, Lula conclamou os empresários de Brasil e Portugal a firmarem parcerias para gerar emprego e renda nos dois países. Garantiu que a economia brasileira conta com importantes pilares para atrair investimentos. “Temos estabilidade política, social e política. Temos credibilidade, mas não vamos mais vender patrimônio público”, assinalou. No entender dele, é por meio dos investimentos que se poderá aumentar a produção local e não se precisará importar produtos da China, numa referência à guerra que o governo enfrenta em torno da



**Ninguém consegue tomar emprestado dinheiro (para investimentos) com essa taxa”**

**Luiz Inácio Lula da Silva,** presidente da República

proposta de taxação de compras on-line de até US\$ 50.

O líder brasileiro, que foi aplaudido de pé, fez questão de citar, nome por nome, deputados e senadores que integram sua comissão a Portugal. “Estamos fazendo democracia da forma mais plural que podemos fazer”, frisou. Acrescentou que está confiante no apoio necessário do Congresso para a aprovação de medidas de interesse do governo. Os dois principais projetos são o novo

arcabouço fiscal e a reforma tributária. “Esses dias me perguntaram qual o tamanho da base do governo no Congresso. Respondi que temos 513 deputados e 81 senadores. Vamos ver o que vai acontecer com as votações”, contou.

### Polo de exportação

No entender de Lula, os empresários brasileiros não podem perder a oportunidade de se fixarem em Portugal, que pode se tornar

um polo de exportação para a Europa. A Embraer está à frente, nesse sentido, ao assinar, ontem, acordo com a portuguesa Ogm para a produção e manutenção dos aviões de defesa A-29 Super Tucano. O foco será a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Essa parceria também resultou na compra, pela Força Aérea Portuguesa, dos cargueiros KC-390, cuja primeira unidade levou Lula e o primeiro-ministro, António Costa, de Matosinhos para Lisboa.

No discurso, Lula desafiou a si e o primeiro-ministro português a elevarem a corrente anual de comércio entre Brasil e Portugal dos atuais US\$ 5,3 bilhões para US\$ 10 bilhões até o final de seus mandatos. Há, segundo o presidente, oportunidades em setores como energia renováveis, tecnologia da informação, aeroespacial, saúde e mobilidade urbana, sempre com

prioridade para o desenvolvimento com inclusão social e sustentável. “O Brasil quer parceria, não hegemonia”, afirmou.

Para Lula, depois dos primeiros três meses de seu governo, o Brasil está preparado para decolar. “Remontamos todas as políticas sociais. Incluímos novamente o povo no Orçamento”, ressaltou. Ele destacou que, como presidente, está viajando pelo mundo para mostrar as oportunidades que o país oferece, ao contrário do que ocorreu nos últimos seis anos, “em que o Brasil não queria falar com ninguém e ninguém queria falar com o Brasil”. Encerrou a sua fala sem tocar no nome da Ucrânia, cliente de que as recentes declarações sobre aquela nação lhe renderam críticas em todo o mundo. “Estou tentando parar de falar em guerra para construir a paz”, limitou-se a dizer.